

Centrais

Extermínio pela Frelimo, em M'telela, Niassa

Caso da vala comum descoberta na Líbia suscita reclamação das ossadas dos presos políticos moçambicanos

· *O autor do livro “Uria Simango: Um Homem uma causa”, Barnabé Ncomo, chama à atenção para nos abstrairmos a partir do caso líbio e olharmos o que sucedeu aqui em Moçambique*

· *Daviz Simango indignado por um crime contra a humanidade na Líbia, recorda que também os seus pais foram vítimas de um caso idêntico a que o mundo tem fechado os olhos*

Adelino Timóteo

Na Líbia no último fim-de-semana foram encontradas ossadas de 1.700 presos eliminados pelo regime de Muammar Kadhafi ora em fuga depois do seu regime ter sido deposto. Ocorreu caso idêntico, antes, no Iraque. Mas o caso da Líbia fez com que o caso dos que em Moçambique também foram eliminados pelo mesmo regime que ainda se mantém no poder, trouxesse à memória o extermínio de presos políticos de M'telela, onde mais de mil detidos também foram executados e enterrados em valas comuns. Barnabé Lucas Ncomo, autor do livro “Uria Simango: Um Homem uma causa”, quando instado a falar ao Canal de Moçambique sobre a descoberta em Trípoli que está

a colocar o regime deposto de Kadhafi nas primeiras páginas de todos os noticiários no mundo inteiro, foi do que se passou aqui já depois da independência nacional que se lembrou.

Ncomo recordou ainda, para além dos “presos políticos eliminados”, os “35 mil dos 70 mil evacuados da Operação Produção mortos algures em Niassa – a Sibéria moçambicana – enterrados em valas comuns”.

O actual presidente Armando Guebuza foi sempre acusado de ser o cérebro da Operação Produção de que agora, depois de morto se tem tentado acusar da autoria do então presidente Samora Machel.

Na sua pré-campanha, Guebuza tentou colher, sem sucesso, oitocentos mil dólares americanos junto de uma embaixada em Maputo a fim de proceder ao re-

assentamento, nas suas zonas de origem, dos que sobreviveram ao desterro imposto na Operação Produção nos anos oitenta.

Em Moçambique poderá haver mais valas comuns, onde se escondem as vítimas da tristemente célebre “SNASP”, suspeitam vários estudiosos dos fenómenos macabros da época. “Inclusive nas cidades”. No entanto, o que está registado na memória colectiva e disso há viva lembrança, foi o massacre de M'telela (vide caixa anexa), em que foram exterminados opositores ao regime da Frelimo, nomeadamente Uria Simango, Lázaro Nkavandame, Júlio Razão Nihia, Mateus Ngwegere, Joana Simeão e Paulo Gumane, entre outros.

Os factos dessa matança se reportam entre fins do ano 70 e início de 80. No livro de

Barnabé Lucas Ncomo, baseado em testemunhas e agentes do regime que participaram no holocausto moçambicano, afirma-se que aquelas figuras foram colocadas numa vala comum, após o que atearam fogo sobre eles, enquanto se cantavam canções revolucionárias. Muitos dos protagonistas dessa saga, que deveriam responder por crime contra a humanidade encontram-se vivos e ainda na política activa.

Relativamente às famílias das vítimas do extermínio de M'telela, o regime da Frelimo mantém distanciamento. O extermínio deu-se à margem das leis que vigoravam em Moçambique aquando da prática do crime. Quando as famílias pedem a devolução de ossadas dos seus parentes mortos, o Governo continua a não lhes respon-

der. Há secretismo da parte dos membros do Bureau Político do Comité Central da Frelimo que então decidiu sobre o extermínio daqueles presos políticos. A manipulação da ‘nomenklatura’ chega ao extremo quando se afirma: “Não vamos desenterrar os mortos”. Sempre que este assunto vem ao de cima é este o argumento. Os familiares das vítimas assistem inclusivamente a toda uma comunidade internacional fingir que não vê que neste país há famílias que continuam a reclamar os seus entes assassinados, tal como aliás o fizeram os familiares das vítimas do regime de Pinochet, no Chile. Alguns sectores ditos intelectualizados em Moçambique chegam também ao ridículo de simpatizarem com o argumento de que não se deve ressuscitar os mortos.

Os contornos do holocausto moçambicano

Citando o livro de Barnabé Ncomo, as discrepâncias nas informações à volta dos presos políticos, perturbam qualquer investigador atento, dada a escassez de uma informação oficial e o perigo de entrevistar directamente os implicados no crime. De acordo com outras fontes citadas por Ncomo:

“(…) em Setembro de 1982, Jorge Costa, ex-Director Nacional de Segurança (SNASP) revelou que em Junho de 1980, Sérgio Vieira, na altura governador do Banco de Moçambi-

que, contactou-o assim como a Matias Xavier, outro membro do SNASP, informando-os de que o governo decidira forjar um processo-crime legalizando o fuzilamento dos presos políticos. O processo-crime seria redigido por Vieira, Costa e Matias, tendo na altura Vieira entregue a estes dois um dossier com a designação NAMULI, contendo pormenores sobre todos os executados. Castro Lopo, chefe do Departamento Jurídico do SNASP foi contactado por Matias Xavier a fim de em prestar um tom jurídico ao

referido processo-crime”.

Ncomo acrescenta que o mesmo Jorge Costa revelaria também que:

“No dia 11 de Outubro de 1978, durante uma recepção assinalando o terceiro aniversário da fundação do SNASP, o Comissário Político deste serviço, major Abel Assikala, revelou que se havia deslocado a Cabo Delgado em 1977 tendo na altura executado diversos presos políticos, incluindo o Reverendo Simango, Paulo Gumane, Mateus Gwengere, Joana Simeão, Narciso Mbule, Basílio Banda, Lázaro Nka-

vandame e Júlio Razão de Nihia. Ainda segundo Costa, as ordens de execução dos presos partiram do vice-ministro da Segurança, Salésio Nalyambipano representante da ala dos “veteranos” dentro do aparelho de segurança do regime.”

Segundo Ncomo “a estação emissora Voz da África Livre, num comentário repetidamente transmitido em Junho de 1982, afirmaria que em 1980 o Dr. Hermenegildo Cepeda Gamito, homem de mão do regime, com assento num rol de empresas, então deputado do parlamento (quer na versão mono-

como na pluripartidária)” e agora presidente do Conselho Constitucional da República de Moçambique, por indicação do presidente Armando Guebuza, fora “quem havia redigido o texto final da farsa jurídica que o regime se preparava para encenar”.

Foi referido que a sentença de morte dos presos políticos sepultados algures, em parte incerta, teria sido assinada por três destacados quadros ligados à Defesa e Segurança do regime. No mesmo comentário da Voz da África Livres refere-se ainda que a execu-

Centrais

ção dos presos se dera junto ao rio Namuli, no Niassa. São claras as discrepâncias nas revelações acima descritas. Enquanto o Major Assikala é citado como tendo dito

que a execução teve lugar em Cabo Delgado, a Voz da África Livre menciona a província do Niassa como tendo sido o local da execução. Pessoas conhecedoras desta província

desconhecem a existência dum rio Namuli na referida província. No entanto, durante a luta de independência nacional os guerrilheiros da Frelimo dispunham duma base, designada

por Namuli, situada no distrito de Palma na província de Cabo Delgado. Desconhece-se se o dossier "Namuli" está relacionado com a referida base. Possivelmente, apenas alguns

dos presos políticos terão sido executados na base Namuli. Em Moçambique existem os montes Namuli, mas estes situam-se na província da Zambézia.

Testemunhos de religiosa italiana sobre o local do holocausto moçambicano

M'telela é um nome topográfico que evoca, no subconsciente colectivo de quem viveu em Moçambique os anos do apertado regime marxista-leninista, ressonâncias sinistras semelhantes àquelas que suscitam nomes como Sibéria, Gulag, Auschwitz ... porque se trata de um campo de extermínio, do qual dificilmente se saía vivo, segundo testemunho de uma freira da igreja católica, irmã Dalmazia Colombo, italiana, que visitou o local do sinistro, onde diz também terem sido mortos Estevão Mirassi, Ché Mussa, chefe islâmico de Lichinga.

Conta Dalmazia Colombo que "um grande desejo era o de alcançar o referido campo de reeducação política, mas à volta dele reinava o segredo mais absoluto. Até que um dia, uma pessoa, sabendo que queriam apenas ir celebrar uma santa Missa, revelou o segredo indicando a pista existente além de um bocado de floresta. Superado o medo de transitar numa estrada minada, com o padre Rocha e três cristãos, pusemo-nos a caminho para M'telela. Após uma vintena de quilómetros encontramos a estrada, mas uma ponte destruída nos obrigou a prosseguir a pé. Apenas passado pouco mais de um quarto de hora surgem os primeiros sinais

de presença humana: parecemos vislumbrar sinais de valas comuns em terras que pareciam cultivadas. Estávamos certamente na área dos trabalhos forçados dos presos políticos. Avançamos e encontramos num descampado: uma pista de aterragem para pequenos aviões e, ao longe, edifícios degradados", testemunhos de Dalmazia. M'telela era um pequeno posto avançado militar português transformado em prisão pela Frelimo. Um dos mais terríveis campos de reeducação criados para arrasar a resistência aos opositores políticos.

A irmã Dalmazia conta a odisséia que a levou até o local onde estão as ossadas dos políticos mortos pela Frelimo: "Um aperto de coração se apoderou de nós, ninguém falava. Tinha-se a impressão de calcar um terreno sagrado, impregnado de sangue. Cedo tropeçamos no arame farpado cujos suportes de madeira, apodrecidos, caíam um atrás de outro. A área parecia tecida como uma teia de aranha daquele maldito arame".

Segundo a irmã, à sua companhia e de outros religiosos, esteve de serviço um comandante militar com o qual pernoveram no campo enquanto viajavam para Lichinga. "Foi ele a explicar-nos que, no fim do campo, de-



M'telela é um nome topográfico que evoca, no subconsciente colectivo de quem viveu em Moçambique, os anos do apertado regime marxista-leninista

via estar qualquer coisa porque tinha observado que os guardas acompanhavam detidos que saíam debaixo, para talvez irem aos serviços higiénicos. Dirigimo-nos para lá e vimos uma escadinha que conduzia a uma fossa cimentada: 'um bunker - prisão?', questionou ela. "Questionava-se como daquele buraco podiam sair e entrar toda aquela gente que tinha visto. Noutra edificação, revelou ela, estavam as celas de rigor onde os prisioneiros eram

amassados como animais. As construções estavam vazias, depredadas de mobiliário, se existia, das portas e janelas e do tecto de lâminas de zinco, algumas das quais estavam ainda espalhadas no vasto espaço defronte".

"Aqui e acolá, nos pátios, bidões enferrujados que devem ter sido utilizados como painéis, cacos, pedaços de ferro. Experimentei recolher alguma preciosidade, mas senti-o como ferro incandescente na mão. Fi-

camos calados. Cada um de nós pensava nas notícias de tortura e eliminações sumárias filtradas naqueles anos e a quanto tinha revelado um semanário moçambicano (Demos) pouco tempo antes:

Com engano foram carregados sobre um camião um considerável grupo de prisioneiros dizendo-lhes que se ia para a liberdade e em vez disso foram queimados vivos numa vala comum escavada num dos tantos trajectos secretos que conduziam ao campo.

Daviz Simango pronuncia-se

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA

Ordem de Acção nº 5/ 80

De: DI

Para: DB e o Chefe da BO

No espírito dos costumes, usos e tradições da luta armada de libertação nacional, o Comité Político Permanente da Frelimo julgou e condenou à morte por fuzilamento os seguintes desertores e traidores do povo e da causa nacional, que foram já executados:

Uria Simango
Lázaro Nkavandame
Júlio Razão Nihia
Mateus Ngwegere
Joana Simeão
Paulo Gumane

De forma a prevenir possíveis reacções negativas, internas ou internacionais que possam surgir em consequência da execução desses contra-revolucionários, o Comité Político Permanente decidiu publicar este acto como uma decisão revolucionária do partido Frelimo, e não como um acto jurídico.

É, portanto, necessário comprar um dossier declarando a completa história criminal desses indivíduos, bem como suas confissões aos elementos da DD/SI que os interrogaram, declarações de testemunhas, autos de processo e sentença.

Para além desse dossier, deve-se fazer um comunicado que será lido pelo camarada Comandante-em-Chefe onde ele anunciará a execução dos acima mencionados contra-revolucionários.

Foi decidido nomear um Comité para compilar o dossier e preparar o comunicado. O camarada Comandante-em-Chefe decidiu que o acima mencionado Comité será encabeçado pelo camarada Sérgio Vieira, e terá como membros adicionais os camaradas Oscar Monteiro, José Júlio de Andrade, Matias Xavier e Jorge Costa.

A luta continua
Maputo, 29/ 7/ 80
O Ministro da Segurança
Jacinto Veloso

Ordem para matar...

"Este é o 'modus operandis' dos regimes ditatoriais, que não aceitam opiniões contrárias, en-

contrando no fuzilamento a forma de apagar uma voz contrária ou pensamento diferente. Infeliz-

mente, recorrem às valas comuns como forma de esconder os seus crimes", afirmou o presidente do Conselho Municipal da Beira, Daviz Simango, filho do reverendo Uria Simango e Celina Muchanga, ambos a jazer em M'telela.

"Mesmo com este tipo de atitude advogam ser arautos da democracia ou se intitulam de democratas, mas por detrás disso escondem os crimes contra a humanidade".

"E Moçambique é um dos exemplos em que alguns dirigentes atingiram as posições que atingiram banhando as mãos de sangue para assegurar os protagonismos que hoje detém, mas se esquecem que na humanidade só Deus é que pode tirar a vida humana e tudo que é feito contra a vontade de Deus o homem irá denunciar. Exemplos são os relatos que hoje assistimos", prosseguiu Daviz Simango. (Canal de Moçambique)

Posição silenciosa de Joaquim Chissano

O antigo presidente Joaquim Chissano, dias depois da publicação daquele mesmo artigo escrito por José Pinto de Sá no semanário Demos em Maputo, convidava a não exumar "os esqueletos" para não desencadear violência e vinganças. Chissano mantém a posição de não querer "desenterrar os mortos", o que ficou claro aquando da publicação recente das suas memórias, onde fez tábua rasa sobre este melindroso caso, que é também conhecido por "dossier Nachingweia".

Questionado o ano transacto pela nossa reportagem sobre os motivos que levam a Frelimo e o Governo a manterem escondidos as ossadas dos presos políticos fuzilados em M'telela, Sérgio Vieira afirmou que nada tem a falar, tendo nos aconselhado a remeter a pergunta às entidades competentes: "Per-

gunte ao Governo. Eu sou cidadão comum, como qualquer outro".

Entretanto, Dalmazia Colombo sintetiza que "no poder de facto ainda estão os mesmos homens, e o famigerado director do campo, que se vangloriava das suas atrocidades, ainda está no activo."

Todavia, perante a farsa, vozes indignadas questionam se de facto está-se num Estado de Direito, onde uns matam e punem indiscriminadamente e permanecem impunes às leis internacionais e internas, numa acção cúmplice da Procuradoria-Geral da República que se mantém calada, eximindo-se dos poderes que lhe compete por lei, de investigar esse caso, esclarecendo o assunto às famílias das vítimas, indemnizado-as e devolvendo as ossadas dos mortos, para que possam ser enterrados condignamente.